

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.824 - RS (2018/0282237-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : GUERRA S/A IMPLEMENTOS RODOVIARIOS - MASSA FALIDA
ADVOGADO : AIR PAULO LUZ E OUTRO(S) - RS035806
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE CAXIAS DO SUL - RS
SUSCITADO : JUÍZO DA 4A VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL - RS
INTERES. : FABIO SOARES
ADVOGADO : HELENA MARIA GUSSO DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS043920

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, instaurado por **GUERRA S.A. IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS - MASSA FALIDA**, envolvendo o r. Juízo de Direito da 4.^a Vara Cível de Caxias do Sul - RS, no qual se processa sua falência (Processo n.º 0028067-61.2015.8.21.0010), e o Juízo da 4.^a Vara do Trabalho de Caxias do Sul - RS, onde tramita a Reclamação Trabalhista n.º 0020840-59.2014.5.04.0404, ajuizada por Fábio Soares.

Afirma, em resumo, que "(...) *Trata-se o caso de conflito de competência positivo, forte no art. 66, I, do CPC/1973, deflagrado entre o juízo onde tramita a falência da sociedade suscitante (...) e o juízo da 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul-RS, onde tramita a execução de sentença judicial movida por FABIO SOARES, em que o Juízo Trabalhista determinou o levantamento, por Alvará, do depósito recursal efetuado naquela justiça especializada, mesmo após a decretação da quebra da empresa.*". **Acrescenta**, nesse contexto, que "(...) *Tratando-se de crédito sujeitos à falência, nos termos do artigo 49, da Lei de Falências e Recuperações, n.º 11.101/05, o juízo da 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul-RS, não mais dispõe de competência para praticar quaisquer atos no que tange ao crédito do Reclamante, senão para apurar-lhe o valor líquido.*". **Aduz**, outrossim, que "(...) *o depósito recursal, mesmo realizado antes da decretação da falência da empresa, deve ser integrado à massa falida, prevalecendo, no aspecto, o princípio da universalidade do juízo falimentar, consagrado inclusive no art. 768 da CLT, ao qual todos devem ocorrer, inclusive os detentores de créditos trabalhistas, que deverão habilitá-los para obter sua satisfação do modo mais equânime possível.*"

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento da execução trabalhista com a consequente designação do Juízo da 4.^a Vara Cível da Comarca de

Caxias do Sul/RS, para decidir sobre a destinação dos valores apurados. **No mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul/RS.

Às fls. 690-692, este signatário deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamação Trabalhista n.º 0020840-59.2014.5.04.0404, em curso no r. Juízo da 4.ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul - RS, afetem o patrimônio da falida, e **designar** o Juízo Falimentar da 4.ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul - RS para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Prestadas as informações (fls. 702-794 e 796-799), o MPF opinou pela declaração de competência do r. juízo da falência. (fls. 819-823)

É o relatório.

Decide-se.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez decretada a falência, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Universal**, que possui competência para distribuir o patrimônio da massa, competindo-lhe, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência. (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/5/2010), Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI N. 11.101/05). AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR DA CONDENAÇÃO. CRÉDITO APURADO. HABILITAÇÃO. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E PAGAMENTOS DE CREDORES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. Com a edição da Lei n. 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Após a apuração do montante devido, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, sob pena de violação dos princípios da indivisibilidade e da universalidade, além de desobediência ao comando prescrito no art. 47 da Lei n. 11.101/05.

3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (RJ).

(CC 90.160/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 05/06/2009)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. TERMO LEGAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. BEM IMÓVEL PRACEADO PELO JUÍZO TRABALHISTA. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. PRODUTO ARRECADADO PELO JUÍZO TRABALHISTA SEM REMESSA AO JUÍZO FALIMENTAR. NECESSIDADE. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. Trata-se de conflito de competência suscitado por empresa submetida ao processo de falência, que teve seu bem imóvel praceado pelo Juízo Trabalhista.

2. A jurisprudência do STJ tem entendimento firmado no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas em falência ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo Juízo Universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/05. Precedentes.

3. O valor arrecadado com o praceamento do bem da falida no Juízo Trabalhista deve ser remetido ao Juízo falimentar, a quem compete a administração dos bens daquela, bem como o pagamento dos débitos por ela contraídos e apurados no âmbito do processo de falência.

4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Falimentar.

(CC 146.657/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016)

Vale ressaltar que *"Apesar de a execução não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.105/2005, art. 187 do CTN e art. 29 da Lei n. 6.830/1980), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa"*. (AgRg no CC 136.844/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 31/08/2015). Ou seja, compete ao juízo universal tão somente a prática dos atos constitutivos/expropriatórios voltados contra o patrimônio da empresa falida/recuperanda, competindo ao Juízo da execução individual o processamento do feito, até então.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c

Súmula 568/STJ **conheço** do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. **JUÍZO DE DIREITO DA 4.^a VARA CÍVEL DE CAXIAS DO SUL - RS** (juízo da falência), para a prática de quaisquer atos constitutivos/expropriatórios sobre o patrimônio da empresa falida, relativos à Reclamação Trabalhista n.º 0020840-59.2014.5.04.0404, ajuizada por Fábio Soares, em curso no r. Juízo da 4.^a Vara do Trabalho de Caxias do Sul - RS, bem como para exercer o controle sobre bens e valores pertencentes à falida, que eventualmente ainda permaneçam bloqueados/arrecadados nos referidos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

